



IDENTIDADE E COOPERAÇÃO: A FORÇA DA ATUAÇÃO MULTIAGÊNCIA DO FUSION CENTER BRASILEIRO

IDENTITY AND COOPERATION: THE STRENGTH OF THE BRAZILIAN FUSION CENTER'S MULTIAGENCY PERFORMANCE

Adriano Krul Bini⁴⁹
Victor Jorge Lugnani Chamorro⁵⁰
José Carlos dos Santos⁵¹

Data de submissão: 29/07/2025

Aceito em: 13/11/2025

Resumo: Este estudo investiga o perfil identitário dos profissionais dos Órgãos de Segurança Pública (OSP), Fiscalização, Controle, Defesa e Inteligência que integram o Centro Integrado de Segurança Pública e Proteção Ambiental de Foz do Iguaçu-PR (CISPPA-FIG), uma unidade colegiada e multiagência vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando observação participante e questionários estruturados com perguntas abertas e fechadas aplicados aos profissionais do Centro. O estudo buscou analisar: (i) O perfil identitário dos servidores que compõem o CISPPA-FIG; (ii) O vínculo identitário dos agentes com suas instituições de origem; (iii) A identificação dos profissionais com o CISPPA-FIG; (iv) As (in)compatibilidades entre as identidades das instituições de origem e do Centro; (v) Sugestões para o fortalecimento das instituições participantes e do próprio CISPPA-FIG. Os resultados oferecem insumos estratégicos para o fortalecimento das instituições já consolidadas no sistema de segurança pública e agências de aplicação da lei para a construção da identidade organizacional de estruturas colegiadas, multiagências ou grupos de forças-tarefas como o CISPPA-FIG, contribuindo para sua consolidação e aprimoramento.

Palavras-chave: Perfil identitário; Ambiente Multiagência; CISPPA-FIG;

Abstract/resumen/resumé: This study investigates the identity profile of professionals from the Public Security Bodies (OSP), Inspection, Control, Defense and Intelligence that make up the Integrated Center for Public Security and Environmental Protection of Foz do Iguaçu-PR (CISPPA-FIG), a collegiate and multi-agency unit linked to the Ministry of Justice and Public Security (MJSP). The research adopted a qualitative approach, using participant observation and structured questionnaires with open and closed questions applied to the Center's professionals. The study sought to analyze: (i) The identity profile of the servers that make up the CISPPA-FIG; (ii) The

⁴⁹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Foz do Iguaçu/PR. Mestre em Ciências Policiais com especialização em Criminologia e Investigação Criminal – ISCPSP/ISP – Lisboa/PT e professor da Academia de Polícia Civil (ACADEPOL)/SC. Membro do Grupo de Pesquisa Inteligência em Gestão Organizacional da ACADEPOL SC. E-mail adriano16bini@gmail.com.

⁵⁰ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Foz do Iguaçu/PR. Mestre em Política Pública e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Especialista em Segurança Pública (PUCRS) e Tratamento Penal (UFPR). Membro do LAFRONT. E-mail: victorjorgetab@gmail.com.

⁵¹ Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialização em Educação Popular pela Faculdade de Ciências Humanas de Cascavel, FECIVEL, Brasil. Graduação em Filosofia pela Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato FACITOL, Brasil. Docente Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa Hermenêutica da Ciência e Soberania Nacional. E-mail: professor-jose-carlos@hotmail.com.

identity link of agents with their institutions of origin; (iii) Identification of professionals with CISPPA-FIG; (iv) The (in)compatibilities between the identities of the originating institutions and the Center; (v) Suggestions for strengthening participating institutions and CISPPA-FIG itself. The results offer strategic inputs for strengthening institutions already consolidated in the public security system and law enforcement agencies for building the organizational identity of collegiate structures, multi-agencies or groups of task forces such as CISPPA-FIG, contributing to their consolidation and improvement.

Keywords: Identity profile; Multiagency Environment; CISPPA-FIG;

1 INTRODUÇÃO

Em 16 de dezembro de 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) instituiu o Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF), uma unidade multiagência criada para fortalecer a cooperação entre órgãos de Segurança Pública, Fiscalização, Controle, Defesa e Inteligência. Com foco no combate ao crime organizado e aos delitos transfronteiriços⁵², o CIOF atua estrategicamente na Tríplice Fronteira, região que abrange Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Sua sede foi estabelecida no Parque Tecnológico Itaipu (PTI) — atualmente Itaipu Parquetec — por meio de uma parceria entre a União, a Itaipu Binacional e o próprio PTI, reforçando o compromisso interinstitucional na promoção da segurança e do enfrentamento às atividades ilícitas na região (Brasil, 2019).

A unidade, designada Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF), foi renomeada em março de 2025, passando a ser denominada Centro Integrado de Segurança Pública e Proteção Ambiental de Foz do Iguaçu-PR (CISPPA-FIG). A alteração da nomenclatura não implica modificação das missões originais do Centro, mas amplia seu escopo de atuação, incorporando de forma estruturada ações preventivas e repressivas voltadas às infrações penais que afetam o meio ambiente.

⁵² Não há uma previsão legal ou definição conceitual específica para crimes transfronteiriços. Na prática, esses crimes podem ser entendidos como um fenômeno que se manifesta em determinados espaços territoriais e temporais, sendo influenciado por fatores locais, regionais, sociais, políticos, culturais e normativos, bem como por políticas institucionais (por exemplo, uma política repressiva de fiscalização pode levar criminosos a adaptar suas atividades ou migrar para outros crimes e regiões). Na Região da Tríplice Fronteira (Foz do Iguaçu-PR/Brasil, Ciudad del Este/Paraguai e Puerto Iguazú/Argentina), os crimes transfronteiriços tendem a se concentrar em categorias e espécies específicas. Em contraste, na região de Guaíra-PR, que faz fronteira com Mundo Novo-MS/Brasil e Salto del Guairá/Paraguai, os crimes podem ter naturezas e espécies diferentes, dependendo das influências e características locais mencionadas anteriormente (Bini, 2024a).

O Centro Integrado de Segurança Pública e Proteção Ambiental (CISPPA-FIG) não possui um quadro próprio de servidores, sendo sua equipe composta por profissionais cedidos por instituições das esferas federal, estadual e municipal. No âmbito federal, integram o Centro servidores da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Receita Federal (RF) e Polícia Penal Federal (PPF), todos designados por suas instituições de origem para atuar em regime de colaboração. No nível municipal, a Guarda Municipal de Foz do Iguaçu (GMFIG) participa da estrutura do CISPPA-FIG também por meio de cooperação interinstitucional. Já no âmbito estadual, o Centro conta com efetivos da Polícia Militar (PM), Polícia Civil (PC), Polícia Penal Estadual ou Distrital (PPE/PPD), Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e Polícia Técnica Científica (PTC), que são temporariamente cedidos ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) pelo período inicial de um ano, com possibilidade de prorrogação conforme o interesse das partes.

A composição da força de trabalho do CISPPA-FIG pode variar ao longo do tempo, o que tem sido uma característica desde sua implementação desde o ano de 2019, impactando na dinâmica de colaboração entre as instituições envolvidas.

Os servidores estaduais que atuam no CISPPA-FIG são oriundos de diversas regiões do país, representando as Polícias Militares (PMs), as Polícias Cíveis (PCs), as Polícias Penais Estaduais e Distrital (PPE's/PPD), os Corpos de Bombeiros Militares (CBM's) e os órgãos de perícia oficial, denominados Polícias Científicas (PCI's)⁵³. Tal composição evidencia a heterogeneidade das estruturas de segurança pública existentes nas diferentes unidades da federação.

⁵³ Observa-se, no Brasil, a adoção de diferentes nomenclaturas para os órgãos responsáveis pela atividade pericial, tais como: Instituto Geral de Perícias, Polícia Científica, Polícia Técnico-Científica, Perícia Científica, Perícia Forense e Perícia Técnico-Científica. Apesar da diversidade terminológica, esses órgãos foram inseridos nas Constituições Estaduais como integrantes da estrutura de segurança pública. Nos últimos anos, nota-se uma tendência de padronização da nomenclatura para Polícia Científica nos estados em que esses órgãos estão presentes. Contudo, o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou entendimento de que apenas as instituições expressamente previstas no artigo 144 da Constituição Federal podem ser reconhecidas como corporações policiais, independentemente da nomenclatura adotada (STF, 2020). Essa interpretação tem gerado reflexos negativos para os profissionais das Polícias Científicas, especialmente no que se refere ao direito à aposentadoria especial e ao porte institucional de arma de fogo. Nesse contexto, tramita atualmente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 76/2019, que visa incluir expressamente as Polícias Científicas entre os órgãos de segurança pública previstos no artigo 144 da Constituição Federal. Caso aprovada, a medida garantirá o devido reconhecimento institucional dessas corporações (Senado, 2019).

Em grande parte dos estados — como SP, CE, SE, TO, PR, BA, RO, AP, RS, SC, PA, GO, ES, PE, MT, MS, AL, AM, MA e RN — a perícia criminal foi institucionalmente desvinculada das Polícias Cíveis, passando a integrar as Secretarias de Segurança Pública ou de Defesa Social (ABC, 2025). Nos estados de AC, RR, PI, DF, MG, RJ e PB, entretanto, a perícia criminal permanece vinculada às respectivas Polícias Cíveis. A medida foi adotada com o argumento de assegurar maior autonomia administrativa e funcional às PCs, além de promover sua independência orçamentária, favorecendo a especialização e o aprimoramento técnico das atividades periciais.

Cada órgão que integra o Centro Integrado de Segurança Pública e Proteção Ambiental (CISPPA-FIG) possui uma identidade institucional consolidada ao longo de sua trajetória. Algumas dessas instituições contam com décadas de atuação, como a Polícia Federal (80 anos - Brasil, 2024a), a Polícia Rodoviária Federal (96 anos - Brasil, 2024b) e a Receita Federal (56 anos - Brasil, 2023). Outras são mais recentes, como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), com 25 anos (Brasil, 2024c), a Guarda Municipal de Foz do Iguaçu (GMFIG), com 30 anos (FOZ DO IGUAÇU, 2024), e as Polícias Penais Estaduais, Distrital e Federal (PPE/PPD/PPF), criadas em 2019⁵⁴ (Planalto, 2019). Além disso, o CISPPA-FIG também reúne servidores oriundos de instituições centenárias e até bicentenárias, como a Polícia Militar do Paraná (PMPR), com 170 anos (Paraná, 2024), a Polícia Civil de São Paulo (PCSP), com 184 anos (São Paulo, 2025), e a Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC), que já soma 212 anos de existência (Santa Catarina, 2024).

Essa diversidade institucional reflete a riqueza de experiências, metodologias e tradições que convergem no CISPPA-FIG, fortalecendo sua capacidade de atuação integrada no enfrentamento ao crime organizado e aos delitos transfronteiriços.

Esta investigação tem como objetivos principais: (i) Traçar o perfil dos servidores que compõem o CISPPA-FIG; (ii) Analisar a identidade dos servidores

⁵⁴ Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

§ 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

em relação à sua instituição de origem; (iii) Examinar a identidade institucional dos servidores em relação ao CISPPA-FIG; (iv) Identificar fatores de (in)compatibilidade entre a identidade da instituição de origem e a identidade do CISPPA-FIG; (v) Mapear os fatores que contribuem para o fortalecimento das identidades tanto do órgão de origem quanto do CISPPA-FIG.

Para alcançar esses objetivos, foi empregada a técnica de observação participante, permitindo a coleta de dados por meio da observação e da escuta de indivíduos em seu ambiente natural. O foco é compreender os significados e as interpretações sociais que essas pessoas atribuem às próprias ações. Esse processo também inclui o relato das experiências do pesquisador, abrangendo seus sentimentos, expectativas, ansiedades e percepções sociais ao interagir com o grupo estudado. Ao integrar-se a esse grupo, o pesquisador passa a vivenciar sua realidade e a compreendê-la de maneira mais aprofundada (Gray, 2012, p. 323). No presente estudo, um dos pesquisadores atua no Centro desde sua implementação, enquanto o outro integrou a equipe por um período de três anos. Tal circunstância confere à pesquisa um grau elevado de imersão no ambiente investigado, favorecendo uma compreensão aprofundada das dinâmicas institucionais e das práticas cotidianas observadas.

Além da observação participante, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2025, foi aplicado um questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas (vide Anexo 1 – Questionário). Esse instrumento foi desenvolvido para coletar dados que permitam uma análise abrangente dos aspectos investigados. A fim de garantir uma amostra representativa e diversificada, o questionário foi aplicado a atores-chave das esferas federal, estadual e municipal, incluindo servidores de diferentes unidades federativas. Para assegurar a confiabilidade dos dados e incentivar respostas mais precisas, optou-se pela preservação do anonimato dos participantes, garantindo privacidade, maior segurança e confidencialidade às informações fornecidas.

Foram convidados 17 servidores para responder ao questionário. Desses, 15 o devolveram devidamente preenchido, enquanto 2 não o entregaram nem apresentaram justificativa. Entre os convidados, um solicitou que suas informações não fossem utilizadas, solicitação que foi integralmente respeitada.

Tais situações não acarretaram prejuízos à pesquisa, uma vez que foi informado previamente que os participantes poderiam responder total ou parcialmente, optar por não responder ou, ainda, desistir a qualquer momento. A maioria dos convidados devolveu o questionário no próprio dia da aplicação. Dois participantes realizaram a entrega no dia seguinte e outros três o fizeram dois dias após a aplicação.

Desta forma, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando técnicas de observação participante e aplicação de questionários. A pesquisa qualitativa permite a utilização de diferentes métodos, incluindo observações, entrevistas, questionários e análise documental (Gray, 2012, p. 136), o que possibilita uma compreensão mais profunda e contextualizada da realidade estudada.

Ao estruturar esta investigação, buscou-se construir uma narrativa capaz de articular, de maneira coerente, os elementos teóricos sobre identidade profissional, as especificidades organizacionais das instituições que compõem o CISPPA-FIG e os aspectos empíricos identificados no trabalho de campo. Assim, após esta introdução, o artigo apresenta uma seção teórico-conceitual dedicada à compreensão da identidade profissional nas forças de segurança, destacando os principais marcos teóricos que fundamentam a análise, como Hall, Bourdieu, Giddens, Hobsbawm e autores contemporâneos que tratam das dinâmicas identitárias em contextos organizacionais complexos.

Na sequência, é apresentada a análise dos fatores essenciais para a consolidação da identidade institucional, destacando elementos organizacionais, normativos e simbólicos que moldam o desenvolvimento das corporações policiais e dos órgãos de fiscalização, controle, defesa e inteligência. Essa seção serve como base para compreender o modo como identidades consolidadas interagem dentro de um ambiente multiagência.

Por fim, a seção de Análise e Resultados discute os achados empíricos obtidos por meio da observação participante e dos questionários aplicados aos servidores do Centro. São examinados o perfil identitário dos profissionais, os níveis de identificação com seus órgãos de origem, o processo de construção identitária dentro do CISPPA-FIG e os fatores de compatibilidade (ou tensão)

existentes entre identidades institucionais distintas. Essa organização permite ao leitor compreender, passo a passo, como se consolidam identidades em ambientes integrados e quais lições podem ser extraídas para fortalecer iniciativas multiagências semelhantes no Brasil.

1.1 A construção da Identidade Profissional: processos, influências e transformações ao longo da carreira

A identidade profissional é um conceito complexo e multifacetado que se refere à forma como os indivíduos se percebem e se definem em relação à sua profissão. Trata-se de um construto dinâmico e relacional que evolui ao longo do tempo e é influenciado por diversos fatores (Mesquita et al., 2016). A identidade profissional não é fixa ou estática, mas sim um processo em constante construção e reconstrução (Hall, 2000; 2016).

Ela se desenvolve ao longo da carreira do indivíduo, sendo moldada por experiências pessoais, educacionais e profissionais (Hall, 2016; Silva e Santo Costa, 2023). A identidade profissional possui tanto uma dimensão individual, relacionada à internalização de posições sociais e seus significados, quanto uma dimensão coletiva, ligada ao impacto dos significados culturais e situações sociais na identificação do indivíduo com um grupo profissional (Mesquita et al., 2016). Compreende-se, dessa forma, que ela resulta da interação entre as características pessoais do indivíduo e os contextos sociais e profissionais em que ele está inserido (Santos, 2005).

Neste sentido, a identidade profissional é construída através de processos de negociação e diálogo com outros significativos (Hall, 2016; Silva e Santo Costa, 2023). Esse processo envolve, entre outros fatores: a internalização e incorporação de papéis, valores e normas associados à profissão (Calha, 2017); adoção de comportamentos e atitudes considerados apropriados para a profissão (Santos, 2005) e um processo reflexivo, no qual os indivíduos interpretam e dão sentido às suas experiências profissionais (Calha, 2017). Essa reflexão muitas vezes se manifesta através de narrativas autobiográficas, nas quais os profissionais articulam e negociam suas posições identitárias (Calha, 2017).

Por outro lado, a identidade profissional é fortemente influenciada pelo contexto organizacional em que o indivíduo atua (Calha, 2017). As lógicas de gestão e os modelos organizacionais moldam a forma como os profissionais se veem e se apresentam (Calha, 2017), em um verdadeiro processo contínuo de construção e reconstrução do self profissional, que ocorre através da interação entre experiências individuais, contextos sociais e organizacionais, e reflexões pessoais sobre o papel e o significado da profissão na vida do indivíduo (Calha, 2017).

Interessante compreender que esse processo não ocorre de uma hora para outra. O desenvolvimento e a evolução da identidade profissional é um processo contínuo e dinâmico que se estende ao longo da vida laboral do indivíduo. Este processo inicia-se antes mesmo da formação inicial e continua durante toda a trajetória profissional (Silva e Santo Costa, 2023).

A construção da identidade profissional começa com as experiências pré-formação e as representações que o indivíduo tem sobre a profissão. Estas representações são formadas através das interações sociais e experiências pessoais, incluindo o contato com profissionais da área durante a vida escolar (Calha, 2017). Essas experiências prévias influenciam significativamente a escolha da profissão e as expectativas iniciais sobre o papel profissional (Silva e Santo Costa, 2023).

Outro momento diz respeito à formação inicial, que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da identidade profissional. É nesta fase que o indivíduo começa a adquirir conhecimentos específicos da profissão e a desenvolver uma imagem mais realista do que significa ser um profissional na área escolhida (Silva e Santo Costa, 2023). A formação inicial proporciona oportunidades para a socialização profissional, permitindo o confronto e a reelaboração das representações profissionais (Silva e Santo Costa, 2023).

Durante a formação inicial, os futuros profissionais, especialmente os policiais, desenvolvem os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que servirão de base para a construção de seu saber-fazer profissional (Silva e Santo Costa, 2023). As experiências iniciais no trabalho são momentos decisivos neste

processo, pois permitem a aplicação dos conhecimentos teóricos e o contato direto com a realidade profissional (Silva e Santo Costa, 2023).

Após a formação inicial, o desenvolvimento profissional continua no exercício da profissão. A prática profissional proporciona oportunidades para a aplicação e refinamento das competências adquiridas, bem como para a aquisição de novas habilidades (Mesquita et al., 2016). A reflexão sobre a prática é um elemento fundamental neste processo, permitindo ao profissional analisar suas ações, experimentar novas formas de trabalho e criar estratégias inovadoras (Mesquita et al., 2016).

A formação continuada também desempenha um papel importante na evolução da identidade profissional. Ela permite a atualização de conhecimentos, a aquisição de novas competências e a adaptação às mudanças no campo profissional. A formação continuada deve ser vista como um processo ao longo da vida, que complementa e aprofunda a formação inicial (Mesquita et al., 2016).

No contexto de trabalho e as interações com colegas e outros profissionais são fatores importantes no desenvolvimento da identidade profissional. As experiências no local de trabalho, as relações estabelecidas e os desafios enfrentados contribuem para a constante reconfiguração da identidade profissional (Mesquita et al., 2016).

É importante notar que a identidade profissional não é estática, mas está em constante modificação. Ela se adapta às mudanças no contexto profissional, às novas demandas do mercado de trabalho e às transformações sociais e tecnológicas (Calha, 2017). A flexibilidade e a capacidade de adaptação tornam-se, portanto, características importantes na construção e manutenção da identidade profissional (Calha, 2017).

Em resumo, o desenvolvimento e a evolução da identidade profissional constituem um processo dinâmico e multifacetado, resultante da interação entre fatores pessoais, educacionais e contextuais. Trata-se de uma construção contínua ao longo da trajetória profissional, que demanda reflexão, aprendizado permanente e adaptação às transformações da área (Mesquita et al., 2016).

No contexto do CISPPA-FIG, esse processo se torna ainda mais acentuado, uma vez que reúne profissionais de diversas forças policiais, cada uma

com sua própria cultura institucional, além da diversidade de experiências e valores individuais. Esses fatores, identificados e analisados na pesquisa, são explorados em maior profundidade na próxima seção, onde os dados são apresentados e discutidos.

1.2 Fatores essenciais para a consolidação da identidade institucional das forças policiais e órgãos de aplicação da lei

A consolidação da identidade institucional das agências federais, estaduais e municipal mencionadas exige a consideração de diversos fatores essenciais, incluindo:

(i) Garantia de existência, continuidade e direito ao nome: a estabilidade e a preservação de uma instituição ao longo do tempo são fundamentais para a manutenção de sua identidade e funcionamento.

As instituições são construções sociais que adquirem sentido e legitimidade ao longo do tempo, por meio da repetição de práticas, normas e valores que formam sua identidade institucional. Essa historicidade é fundamental porque cria um vínculo simbólico com o passado, conferindo continuidade e coesão ao presente. Segundo Anthony Giddens (1991), as instituições são formas padronizadas de comportamento que se estabilizam ao longo do tempo e permitem que os indivíduos e grupos reconheçam nelas um sentido de permanência, ainda que em contextos de mudança.

Além disso, o sociólogo Pierre Bourdieu (1996) argumenta que as instituições possuem uma "memória institucional" que se expressa em *habitus*⁵⁵, normas e rituais, garantindo certa previsibilidade e estabilidade em sua atuação. Esse acúmulo histórico permite que elas mantenham seu funcionamento mesmo diante de pressões externas ou internas, pois a identidade institucional atua como um regulador simbólico das práticas cotidianas.

⁵⁵ Para Pierre Bourdieu, "*habitus*" é um sistema de disposições duráveis e incorporadas que orienta percepções, pensamentos e ações dos indivíduos. Essas disposições são formadas pelas experiências sociais vividas, especialmente no contexto familiar e educacional. O *habitus* atua de forma inconsciente, reproduzindo estruturas sociais existentes (Bourdieu, 1996).

Essa proteção evita interferências externas que possam resultar em mudanças de nome ou, em casos extremos, na extinção da organização por motivações políticas em determinados contextos históricos. Exemplos dessa salvaguarda institucional podem ser encontrados na Constituição Federal de 1988, que, por sua rigidez, determina que alterações em seu texto só podem ocorrer por meio de Propostas de Emenda à Constituição (PEC), conforme dispõe o artigo 60. Além disso, normativas como a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis (Lei nº 14.735/2023 - Planalto, 2023a) e a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (Lei nº 14.751/2023 - Planalto, 2023b) reafirmam a existência dessas instituições e estabelecem diretrizes gerais para sua organização, funcionamento e garantias aos profissionais, fortalecendo sua autonomia e estabilidade⁵⁶. Também podemos mencionar avanços significativos no reconhecimento das Guardas Municipais, entre os quais se destacam a edição do Estatuto das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014 - Planalto, 2014), sua inclusão como órgãos operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp - artigo 9º, § 2º, VII, da Lei nº 13.675/2018 - Planalto, 2018), assim como na recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário 608.588, que confirmou a constitucionalidade da atuação das Guardas Municipais na segurança urbana, permitindo o policiamento ostensivo comunitário, desde que respeitadas as competências dos demais órgãos de segurança pública (STF, 2025). Com efeito vinculante, essa decisão se aplica a todas as instâncias e poderes do país, reforçando o papel das Guardas Municipais no contexto da segurança pública nacional.

(ii) Plano de Cargos e Salários: Uma estrutura hierárquica bem definida, com regras claras de progressão, disciplina e remuneração adequada, é essencial para a valorização e motivação dos profissionais. Um plano de carreira sólido promove o desenvolvimento contínuo dos servidores, assegurando justiça na

⁵⁶ Em 2023, foi sancionada a Lei nº 14.735, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis. A nova legislação estabelece diretrizes gerais para a organização e o funcionamento da instituição, reforça seu caráter como órgão de Estado e assegura direitos fundamentais ao exercício da função e à proteção dos policiais civis (Planalto, 2023a). No mesmo ano, com o intuito de padronizar a regulamentação das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal, foi sancionada a Lei nº 14.751, que institui a Lei Orgânica Nacional dessas instituições. Essa legislação estabelece normas gerais sobre sua estrutura, funcionamento, competências, deveres, direitos, restrições e prerrogativas, promovendo maior uniformidade e segurança jurídica à atuação dos militares estaduais (Planalto, 2023b).

ascensão funcional e contribuindo para a retenção de talentos, além de fortalecer o comprometimento dos agentes com a missão institucional.

(iii) Missão, Visão e Valores: A identidade institucional também se constrói por meio de uma definição clara de três pilares fundamentais: (a) Missão: a razão de ser da instituição; (b) Visão: os objetivos e aspirações futuras; (c) Valores: os princípios que orientam suas ações. Esses elementos são fundamentais para guiar as práticas internas, fortalecer a cultura organizacional e promover um alinhamento estratégico entre servidores e instituição, além de contribuir para o reconhecimento e credibilidade da organização perante a sociedade.

(iv) Símbolos Institucionais (Bandeira, Hino e Identidade Visual): A criação e a padronização de símbolos institucionais — como bandeira, hino e identidade visual — são essenciais para fortalecer a imagem da organização, tanto internamente, entre seus profissionais, quanto externamente, perante a população. Esses elementos conferem reconhecimento, reforçam o senso de pertencimento e consolidam a identidade da instituição. Com esse objetivo, o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia (CONCPC) editou a Resolução nº 01/2017, aprovada na 49ª Reunião do colegiado, unificando a identidade visual das Polícias Cíveis nos estados e no Distrito Federal (Mato Grosso, 2017). A normativa definiu as cores oficiais das Polícias Cíveis — branco, preto e cinza — e padronizou elementos como uniformes, painéis oficiais, insígnias e viaturas, mantendo, contudo, os brasões específicos de cada corporação. Seguindo a mesma linha de padronização, o Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica (CONDPC) publicou a Resolução CONDPC nº 001/2020, instituindo a identidade visual das Polícias Científicas do Brasil, reforçando a uniformização e a identidade institucional dessas forças (Goiás, 2020).

(v) Atribuições e Realização Profissional: A identidade de uma instituição também se reflete em suas atribuições legais e no grau de satisfação profissional de seus integrantes. Quando os servidores reconhecem a importância de suas funções e encontram condições adequadas de trabalho, reconhecimento e oportunidades de crescimento, a identidade institucional se fortalece, promovendo um maior compromisso com a missão organizacional.

As instituições, ao longo do tempo, desenvolvem uma tradição que não apenas reforça sua identidade, mas também serve como uma fonte de legitimidade para suas ações. Essa tradição funciona como um arcabouço normativo que orienta decisões e regula conflitos, evitando a desorganização funcional. De acordo com Eric Hobsbawm (1984), as tradições — mesmo que em parte sejam "inventadas" — desempenham papel central na consolidação de identidades coletivas e instituições, criando um sentimento de continuidade com o passado.

A permanência institucional, por sua vez, é também um fator de resistência à instabilidade social. Douglass North (1990), economista institucionalista, destaca que as instituições evoluem para reduzir incertezas na interação humana, criando estruturas estáveis que permitem o funcionamento da sociedade. Sem essa continuidade, as instituições perderiam sua capacidade de ordenar o comportamento social e político, entrando em colapso.

2 ANÁLISE E RESULTADOS

Perfil identitário - Aspectos Gerais: após contatos e interações com os integrantes/colaboradores do Centro Integrado de Segurança Pública e Proteção Ambiental de Foz do Iguaçu-PR (CISPPA-FIG), foi possível coletar dados para determinar o número de servidores, as instituições a que pertencem e as unidades federativas de origem, de modo a traçar o perfil identitário do Centro.

Observa-se que o CISPPA-FIG conta com 35 integrantes/colaboradores, incluindo o gestor, conforme levantamento atualizado até 20/06/2025, distribuídos da seguinte forma:

- **Instituições Federais:** 5 instituições (PF, PRF, ABIN, RF e PPF);
- **Instituições Estaduais:** 5 instituições (PM, PC, PCI, PPE e CBM), provenientes de 15 unidades federativas das 5 regiões do país; e
- **Instituições Municipais:** 1 instituição (GMFIG).
- **Detalhamento:** Número total de servidores (integrantes e/ou colaboradores): 35
- **Instituições Federais:** Número: 5 (nominata: PF, PRF, ABIN, RF e PPF);

- **Instituições Estaduais:** Número: 5 (Nominata: PM, PC, PTC, PPE e CBM);
- **Regiões:** Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- **Unidades federativas:** AC, AM, AP, CE, DF, MA, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO;
- **Instituições Municipais:** Número: 1 (Município: Foz do Iguaçu);

Embora existam no Brasil outras iniciativas multiagências, como os Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECOS), no âmbito dos Ministérios Públicos, e as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO's), sob a coordenação da Polícia Federal, o Centro Integrado de Segurança Pública e Proteção Ambiental (CISPPA-FIG) se destaca pela amplitude, diversidade e heterogeneidade de sua composição. Sua identidade institucional é fortalecida pela participação de diferentes níveis governamentais e pela representação de diversas regiões do país, proporcionando uma abordagem mais abrangente.

A presença de profissionais de diversas instituições e órgãos de aplicação da lei no CISPPA-FIG promove um intercâmbio amplo de experiências, culturas organizacionais, normativas e identidades profissionais. Essa diversidade fortalece a atuação do centro, conferindo-lhe dinamismo e adaptabilidade para enfrentar as complexidades do crime organizado e dos delitos transfronteiriços. Além disso, consolida sua relevância na segurança pública, especialmente na Tríplice Fronteira Iguaçu – a mais significativa dentre as nove trípticas fronteiras brasileiras, tanto pelo seu caráter multicultural e étnico quanto por sua importância estratégica e sensibilidade para a segurança nacional. Segundo o professor e pesquisador Mauro José Ferreira Cury, a Tríplice Fronteira “representa uma territorialidade transfronteiriça, marcada por uma convergência geográfica, histórica, cultural, política e comercial” (Cury, 2010, p. 18).

Perfil identitário – Aspectos Qualitativos: A seguir, apresenta-se a análise dos dados qualitativos, organizada de acordo com os tópicos abordados no instrumento de pesquisa:

Esferas institucionais, regiões do país e tempo de atuação na segurança pública dos participantes: Entre os 14 respondentes, 3 pertencem a instituições

federais, 10 a estaduais e 1 a uma instituição municipal. A amostra abrange profissionais das regiões Sul, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O tempo médio de atuação dos participantes na área de segurança pública é de aproximadamente 22 anos.

Identidade com o Órgão de Origem: entre os 14 respondentes, 13 afirmaram possuir identidade com seu órgão de origem, enquanto um declarou negativamente. As justificativas apresentadas para a identificação positiva com a instituição incluíram os seguintes fatores:

(i) Independência funcional no desempenho das atividades; (ii) Estrutura de trabalho adequada; (iii) Identificação com a missão institucional; (iv) Realização profissional; (v) Capacidade da instituição na resolução de crimes; (vi) Diversidade de possibilidades de atuação dentro da instituição; (vii) Incentivo à busca por conhecimento e aprimoramento profissional; (viii) Oportunidade de participação em missões no Brasil e no exterior; (ix) Formação inicial e capacitações ao longo da carreira; (x) Alinhamento com os princípios e valores institucionais; e (xi) Participação na evolução e momentos históricos decisivos da instituição.

A partir da análise e do cruzamento dos conteúdos apresentados, emergem aspectos relevantes na percepção dos servidores sobre sua identidade institucional em relação ao órgão de origem:

(i) Independência funcional e estrutura de trabalho: O órgão proporciona autonomia no desenvolvimento das investigações, permitindo que os profissionais desempenhem suas funções sem interferências externas. Além disso, oferece boas ferramentas e infraestrutura para a execução do trabalho (Respondente 1).

(ii) Missão institucional e diversidade de atuação: A garantia da segurança pública e do bem-estar do cidadão, aliada ao ambiente de trabalho e às experiências adquiridas ao longo do tempo, fortalece o vínculo do servidor com a instituição. A possibilidade de atuar em diferentes áreas, como delegacias especializadas, amplia essa identificação (Respondente 2).

(iii) Compromisso com a verdade e objetividade científica: A busca pela verdade por meio da ciência, garantindo uma análise imparcial das provas, fortalece a identidade do profissional com a instituição e sua relevância para a sociedade (Respondente 3).

(iv) Valores institucionais e senso de pertencimento: Elementos como honra, respeito à lei e serviço à comunidade moldam a conduta ética. A vivência diária da profissão, o companheirismo e o reconhecimento social reforçam essa identidade (Respondente 5).

(v) Proximidade com a comunidade: A atuação mais próxima da população e os laços de amizade construídos ao longo dos anos foram elementos fundamentais para a identidade com a instituição (Respondente 10).

(vi) Construção da identidade institucional ao longo da trajetória profissional: A identidade foi moldada por um processo contínuo que envolveu seleção e formação, absorção da cultura organizacional, senso de pertencimento, experiência operacional e consolidação dos valores institucionais e do código de conduta. O compromisso com a missão da instituição também foi um fator determinante (Respondente 11).

(vii) Oportunidades de crescimento e aprendizado contínuo: A possibilidade de atuar em diferentes setores dentro da instituição, aliada ao incentivo à inovação e ao aperfeiçoamento profissional, foi um aspecto relevante. Participação em cursos, missões dentro e fora do país e oportunidades de atuação em outras instituições também foram fatores que reforçaram a identidade institucional (Respondente 12).

(viii) Satisfação e contribuição para a sociedade: A sensação de fazer parte da evolução institucional e contribuir para a melhoria da segurança pública foi destacada. Entre os relatos, menciona-se a importância de salvar vidas no trânsito, combater o crime e garantir a ordem pública em âmbito municipal, estadual e federal (Respondente 13). Além disso, a realização profissional foi evidenciada na satisfação em conduzir investigações criminais, contribuindo para a identificação da autoria e materialidade dos delitos e auxiliando a Justiça na repressão ao crime (Respondente 14). Por outro lado, o único respondente que não se identificou com seu órgão de origem apontou como principais razões o desrespeito ao servidor e a não garantia de direitos. A percepção de desvalorização profissional e o descumprimento de normas e garantias legais foram fatores determinantes para sua falta de identidade institucional (Respondente 9).

Participação e identificação dos servidores com o CISPPA-FIG: O Centro foi inaugurado no ano de 2019, sendo uma estrutura relativamente recente no contexto da segurança pública nacional. Desde sua implementação, tem registrado rotatividade de servidores por diferentes motivos. Entre os profissionais que entregaram o questionário, o tempo médio de atuação no CISPPA-FIG foi de 25 meses. O servidor mais antigo que integra a unidade desde sua fundação, enquanto o mais recente ingressou há apenas 6 meses.

Todos os respondentes que entregaram o questionário afirmaram se identificar com o Centro, destacando os seguintes fatores como determinantes para essa conexão: (i) Trabalho colaborativo e coletivo; (ii) Ambiente favorável; (iii) Troca de experiências e espírito de equipe; (iv) Interoperabilidade de sistemas; (v) Modelo de cooperação entre os órgãos; (vi) Integração e agilidade no atendimento às demandas; (vii) Capacidade para realização de trabalhos multiagências; (viii) Aprendizado contínuo; e (ix) Objetivos comuns.

Alguns pontos se sobressaíram na percepção dos servidores em relação à identidade com o CISPPA-FIG, conforme exposto abaixo:

(i) Cultura de colaboração interinstitucional: A dinâmica de trabalho colaborativo entre diferentes órgãos e entidades se alinha ao perfil profissional, fortalecendo o senso de pertencimento (Respondente 1).

(ii) Estrutura e ambiente de trabalho: A infraestrutura disponibilizada pelo CISPPA-FIG, o entrosamento da equipe, a proximidade entre os coordenadores e um ambiente de trabalho leve e agradável são fatores determinantes para a identificação dos servidores com o Centro (Respondente 2).

(iii) Troca de experiências e espírito de equipe: A convivência diária em um ambiente integrado favorece a troca de conhecimentos e fortalece o trabalho coletivo, essencial para a eficácia das operações (Respondente 3).

(iv) Interação e comprometimento: A colaboração entre profissionais e a prontidão na resposta às demandas de agentes de segurança contribuem para a eficiência do CISPPA-FIG e reforçam sua identidade institucional (Respondente 4).

(v) Interoperabilidade de sistemas: A rápida fluidez das informações de segurança pública em âmbito nacional é um diferencial significativo do CISPPA-FIG, permitindo uma atuação mais ágil e precisa (Respondente 5).

(vi) Modelo de cooperação entre órgãos: O CISPPA-FIG representa um formato inovador de integração entre instituições de segurança (Respondente 6).

(vii) Capacidade de integração e gestão de dados: A conexão do CISPPA-FIG com forças policiais de todo o país proporciona uma base de dados de qualidade incomparável, permitindo consultas em tempo real e garantindo respostas eficazes e céleres aos demandantes (Respondente 7).

(viii) Aprimoramento contínuo e compartilhamento de conhecimento: O trabalho no CISPPA-FIG é voltado à máxima entrega de informações, utilizando o conhecimento acumulado pelos servidores e promovendo constante aprendizado por meio de novas tarefas e ferramentas disponibilizadas pelo Centro (Respondente 10).

(ix) Integração e compartilhamento de informações: O CISPPA-FIG materializa princípios essenciais para a segurança pública, como a colaboração entre forças, o intercâmbio de informações e o alinhamento de esforços para um objetivo comum (Respondente 11).

(x) Atuação estratégica e suporte exclusivo: O CISPPA-FIG desempenha um papel fundamental tanto na linha de frente quanto nas áreas de apoio, auxiliando investigações e operações. O acesso exclusivo a determinados dados e ferramentas o torna um pilar essencial para a segurança pública (Respondente 12).

(xi) Ambiente colaborativo e valorização da experiência: A própria composição do CISPPA-FIG favorece a integração, pois cada integrante contribui não apenas com o conhecimento de seu estado e instituição, mas também com a experiência adquirida ao longo da carreira, agregando valor ao trabalho desenvolvido (Respondente 14).

Fatores de (in)compatibilidade entre a identidade da instituição de origem e a identidade do CISPPA-FIG: Todos os respondentes afirmaram que é possível estabelecer harmonia e coesão entre a identidade dos seus órgãos de origem e a do Centro, desde que sejam respeitadas as atribuições legais, a

autonomia das instituições envolvidas, o compartilhamento de objetivos comuns, a vontade política, a equidade nos processos operacionais e de governança, bem como a troca de conhecimentos e experiências. Merece destaque os seguintes pontos mencionados pelos respondentes:

(i) Intercâmbio de informações e atuação complementar: A experiência prática das rotinas e procedimentos do CISPPA-FIG mostra que a interação e o trabalho conjunto entre as forças de segurança são potencializados pelo intercâmbio frequente de informações, sem que isso signifique invasão de atribuições. Para isso, o CISPPA-FIG atua especificamente no apoio aos demais órgãos, que detêm as competências legalmente atribuídas a eles (Respondente 1).

(ii) Objetivos institucionais alinhados: A harmonia é possível porque ambas as partes compartilham objetivos voltados para a segurança pública e a inteligência. O ambiente colaborativo do CISPPA-FIG, que facilita investigações, abordagens e operações, contribui para garantir a segurança pública (Respondente 2).

(iii) Princípios comuns: Os respondentes ressaltam que a segurança, a cooperação interinstitucional e a inteligência integrada são valores compartilhados, o que torna a integração não apenas possível, mas desejada (Respondente 3).

(iv) Trabalho conjunto: As instituições compartilham o mesmo propósito de realizar trabalhos policiais conjuntos por meio da análise de dados, consultas nos sistemas participantes, reforçando a sinergia entre os órgãos (Respondente 9).

(v) Complementaridade nas habilidades: as atividades envolvem as habilidades desenvolvidas e que se complementam, contribuindo para a otimização do atendimento às demandas (Respondente 10).

(vi) Respeito à autonomia e equidade na governança: A efetivação da integração depende da vontade política de transformar o conceito teórico em prática concreta. É fundamental que cada instituição atue de acordo com suas competências e expertise, sem perder sua identidade. A equidade, tanto no processo operacional quanto no de governança, evita a centralização do CISPPA-FIG sob um único comando e torna o ambiente verdadeiramente colaborativo.

Uma distribuição justa das responsabilidades e da tomada de decisões fortalece o engajamento e a eficiência de toda a iniciativa (Respondente 11).

(vii) Benefícios mútuos e valorização da experiência: Já se observa uma harmonia estabelecida, tanto no apoio que as instituições recebem em momentos de necessidade quanto no suporte que o CISPPA-FIG oferece. Ao ceder seus servidores para o CISPPA-FIG, as instituições reconhecem que agregarão profissionais mais capacitados e experientes, resultado da valiosa experiência adquirida em interações com diferentes órgãos, tanto nacionais quanto internacionais (Respondente 12).

(viii) Missão compartilhada: Por fim, os respondentes destacam que tanto o CISPPA-FIG quanto os órgãos participantes têm a missão de zelar pela ordem pública e promover a segurança. O ambiente multiagência do CISPPA-FIG permite assessorar as Instituições de Segurança Pública com informações qualificadas e estratégias integradas (Respondente 14).

(ix) Fortalecimento da Identidade Institucional: Ao analisar e comparar as sugestões de melhoria apresentadas pelos respondentes para o fortalecimento da identidade institucional, tanto no órgão de origem quanto no CISPPA-FIG, identificamos aspectos que se aplicam a ambos, assim como recomendações voltadas exclusivamente ao Centro.

Sugestões de melhoria aplicáveis ao órgão de origem e ao CISPPA-FIG:

(i) Valorização dos servidores e aprimoramento da gestão de recursos, buscando maior eficiência e melhores resultados; (ii) Expansão dos recursos humanos e tecnológicos; (iii) Incentivo à capacitação e ao intercâmbio de experiências; (iv) Maior divulgação das atividades realizadas; (v) Estabelecimento de novas parcerias para aprimorar a obtenção e análise de dados.

Sugestões de melhoria aplicáveis exclusivamente ao CISPPA-FIG:

(i) Implementação de um modelo de gestão compartilhada ou rotativa; (ii) Adoção de mecanismos de tomada de decisão coletiva; (iii) Valorização das instituições participantes, considerando suas respectivas expertises; (iv) Edição de atos normativos para regulamentar as atividades do CISPPA-FIG; (v) Ampliação da divulgação do CISPPA-FIG para públicos internos (MJSP) e externos.

Principais destaques das contribuições dos respondentes para melhoria do CISPPA-FIG:

(i) Valorização dos servidores e aprimoramento da gestão de recursos, promovendo maior produtividade e melhores resultados. (Respondente 1)

(ii) Promoção de capacitações conjuntas e intercâmbio de experiências com agências parceiras, associada a uma maior visibilidade das ações do CISPPA-FIG, destacando sua relevância para a segurança pública nacional. O **reconhecimento de boas práticas** foi apontado como fundamental para fortalecer a identidade institucional e o senso de pertencimento. (Respondente 2)

(iii) Reforço do efetivo e investimentos em equipamentos, visando aprimorar os serviços de pronta resposta. (Respondente 4)

(iv) Maior integração entre os órgãos, facilitando a troca direta de conhecimento e informações, gerando benefícios mútuos. (Respondente 6)

(v) Ampliação de parcerias para fortalecer a obtenção de dados, garantindo acesso a informações estratégicas para suas atividades. (Respondente 7)

(vi) Gestão compartilhada ou rotativa, permitindo que diferentes órgãos assumam a coordenação do CISPPA-FIG ao longo do tempo, promovendo um sentimento de pertencimento entre os participantes. Também foi sugerida a criação de mecanismos de tomada de decisão coletiva, assegurando que nenhuma entidade exerça influência desproporcional sobre estratégias e operações; (vii) E, por fim, a **valorização de cada instituição conforme sua expertise** foi destacada como essencial para que todas reconheçam seu impacto e contribuição no CISPPA-FIG. (Respondente 11)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou analisar o perfil identitário do órgão de origem ao Centro Integrado de Segurança Pública e Proteção Ambiental de Foz do Iguaçu-PR (CISPPA-FIG), visando contribuir para o processo de construção da identidade profissional nos ambientes de trabalho integrado.

Para a coleta de dados, foram utilizadas a observação direta e a aplicação de um questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, direcionado a profissionais pertencentes aos Órgãos de Segurança Pública (OSP), Fiscalização, Controle, Defesa e Inteligência que integram o CISPPA-FIG.

O Centro foi criado em 2019 sob a denominação de Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF), passando a adotar, a partir de março de 2025, a nova nomenclatura de Centro Integrado de Segurança Pública e Proteção Ambiental (CISPPA). Trata-se de uma unidade colegiada e multiagência, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), estrategicamente instalada em Foz do Iguaçu, nas dependências do Itaipu Parquetec, resultado de parceria entre a União e a Itaipu Binacional.

As instituições que compõem o CISPPA-FIG possuem identidades organizacionais bem estabelecidas, com trajetórias institucionais distintas: (a) Órgãos com décadas de atuação: Polícia Federal (80 anos), Polícia Rodoviária Federal (96 anos) e Receita Federal (56 anos); (b) Órgãos mais recentes: Agência Brasileira de Inteligência – ABIN (25 anos), Guarda Municipal de Foz do Iguaçu – GMFIG (30 anos) e Polícia Penal Estadual, Distrital e Federal – PPE-PPD - PPF (criadas em 2019); (c) Órgãos centenários e bicentenários: Polícia Militar do Paraná – PMPR (170 anos), Polícia Civil de São Paulo – PCSP (184 anos) e Polícia Civil de Santa Catarina – PCSC (212 anos).

O CISPPA-FIG, por sua vez, ainda está em processo de construção de sua identidade institucional, consolidando seu papel dentro do cenário da segurança pública brasileira. Esse processo de consolidação institucional pode ser compreendido à luz da teoria de Anthony Giddens (1991), que destaca que as instituições se estabilizam por meio de práticas sociais recorrentes, fornecendo continuidade e segurança ontológica aos seus membros. A permanência dessas práticas reforça tanto a funcionalidade como a identidade da instituição no tempo.

A diversidade institucional do CISPPA-FIG não tem precedentes no Brasil, reunindo agentes de diferentes esferas governamentais e regiões do país. Esse modelo favorece a troca de experiências, conhecimentos e culturas organizacionais, resultando em uma abordagem mais abrangente e integrada. Além disso, confere ao Centro dinamismo e adaptabilidade, aspectos

fundamentais para lidar com o crime organizado e os delitos transfronteiriços. Aqui, pode-se observar a contribuição do pensamento de Pierre Bourdieu (1996), ao afirmar que as instituições operam como espaços de reprodução simbólica, nos quais *habitus* e valores são internalizados e reproduzidos. O CISPPA-FIG, ao reunir culturas institucionais distintas, funciona como um espaço de reconfiguração de *habitus*, promovendo um novo campo de práticas profissionais.

Os profissionais abrangem as cinco regiões do país e possuem, em média, 22 anos de experiência na área de segurança pública, evidenciando um perfil altamente qualificado e experiente. O sentimento de pertencimento à instituição de origem se mostrou robusto, com 13 dos 14 respondentes afirmando forte identidade institucional. Essa continuidade identitária, segundo Eric Hobsbawm (1984), está ancorada em tradições que, ainda que em parte sejam “inventadas”, servem como marcos de coesão simbólica e legitimidade. Assim, as instituições de segurança pública brasileiras se consolidam pela repetição de rituais, símbolos e narrativas compartilhadas.

Quanto ao CISPPA-FIG, todos os participantes afirmaram sentir identificação com a unidade, destacando fatores como ambiente colaborativo, interoperabilidade de sistemas, cooperação entre agências e objetivos comuns. A rotatividade de servidores, longe de fragilizar a identidade do CISPPA-FIG, parece fomentar um processo contínuo de reconstrução institucional, baseado na integração de saberes e experiências diversas.

A análise dos fatores de compatibilidade entre as identidades revelou que é possível estabelecer harmonia entre o CISPPA-FIG e os órgãos de origem, desde que sejam respeitadas a autonomia organizacional, as competências legais e haja um compromisso político com a equidade e a governança compartilhada. Nessa linha, os estudos de Douglass North (1990) reforçam que instituições eficazes são aquelas capazes de reduzir incertezas e estruturar interações previsíveis. O CISPPA-FIG, ao criar normas e rotinas colaborativas, caminha para se firmar como uma estrutura institucional eficiente e adaptativa no combate ao crime organizado transfronteiriço.

Por fim, os resultados da investigação apontam que o CISPPA-FIG possui um potencial expressivo para se tornar uma referência na segurança pública em

regiões de fronteira, especialmente na Tríplice Fronteira Iguaçu. Sua consolidação como modelo multiagência depende diretamente da valorização dos servidores, da institucionalização de suas práticas e da contínua construção de sua identidade organizacional — processo que, como demonstrado, é sustentado no tempo por meio das rotinas, tradições e estruturas simbólicas que conferem sentido às instituições.

REFERÊNCIAS

ABC – Associação Brasileira de Criminalística: “A necessidade da constitucionalização da polícia científica”. RELGOV BRASIL GRUPO, 2025. Não publicado na Internet.

BINI, Krul Adriano e SANTOS, José Carlos (2024b). **A atuação do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF) no Combate à Criminalidade: Análise do Espaço Territorial e Área de Influência**. Anais do V Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Unioeste (1º/ISSN: 2595-0185). Disponível em: https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/V_CIDF/anais. Acesso em 02 fev. 2025.

BINI, Krul Adriano e SANTOS, JOSÉ Carlos dos (2024a). **O PRIMEIRO FUSION CENTER BRASILEIRO: DESAFIOS E CONQUISTAS NA SEGURANÇA PÚBLICA DA TRÍPLICE FRONTEIRA**. Anais do VII Seminário Internacional dos Espaços de Fronteiras avanços e retrocessos na circulação transfronteiriça". Disponível em: <https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/viigeofronteiras%20/anais>. Acesso em 10 fev. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiрус, 1996.

BRASIL. **Agência Brasileira de Inteligência. Retrospectiva ABIN 25 anos: ABIN auxilia a estruturação de serviços de inteligência de outros países**. [online]. 10 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/retrospectiva-abin-25-anos-abin-auxilia-na-estruturacao-de-servicos-de-inteligencia-de-outros-paises>. Acesso em 03. mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. [online] 30 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-receita/nossa-historia>. Acesso em: 03 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 264, de 25 de março de 2019**. Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Justiça e



Segurança Pública, com a finalidade de examinar e formular plano de trabalho detalhado contendo a concepção, a implantação, o orçamento e o cronograma para efetivação da proposta de criação e do Centro Integrado de Operações de Fronteira no Município de Foz do Iguaçu - PR. Brasília: Gabinete do Ministro, 2019. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/2159>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal Celebra 80 Anos de Compromisso e Evolução [online] 28 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/03/policia-federal-celebra-80-anos-de-compromisso-e-evolucao>. Acesso em 26 jul 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. PRF 96 anos: mais humana e de todos os brasileiros. [online] 24 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/nacionais/2024/julho/prf-96-anos-mais-humana-e-de-todos-os-brasileiros>. Acesso em 03 mar. 2025.

CALHA, António. Reflexos da lógica organizacional na identidade profissional: variações do discurso autobiográfico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 18, n. 1, p. 7-18, 2017.

CHAMORRO, Victor Jorge Lugnani e VILLAVICENCIO, Guillermo Javier Díaz. NASCIMENTO, Daniel Teotonio. CIOF: **O MODELO BRASILEIRO DE POLICIAMENTO LIDERADO PELA INTELIGÊNCIA**. Leituras de Fronteiras: debates interdisciplinares e socioculturais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. [online]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15 fev. 2025.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da trílice fronteira - Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/24222>. Acesso em: 23 out. 2024.

FOZ DO IGUAÇU. **Guarda Municipal de Foz do Iguaçu completa 30 anos de trabalho e compromisso.** [online] 05 mai. 2024. Disponível em <https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia-53538>. Acesso em: 03. mar. 2025.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade Pessoal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.



GOIAS. **Polícia Técnico-Científica tem Novo Brasão**. [online]. 03 ago. 2020. Disponível em: <https://www.policiacientifica.go.gov.br/noticias/policia-tecnico-cientifica-tem-novo-brasao>. Acesso em: 03. mar. 2025.

HALL, S. **O espetáculo do outro**. In: HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, S. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/03/policia-federal-celebra-80-anos-de-compromisso-e-evolucao>. Acesso em 03 mar. 2025.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

MATO GROSSO. **Resolução nº 01/2017 do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia (CONCPC)**. [online]. Disponível em: <https://www.pjc.mt.gov.br/documents/18244709/18983912/RES%2001%202017%20CONCPC.pdf/4224589c-0ff6-2bb3-4c6b-31ef92c2607a>. Acesso em: 03. mar. 2025.

MESQUITA, Isabel; BATISTA, Paula Fazendeiro; VOZNIAK, Luciano. A Identidade Profissional em análise: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Educação UFSM**, v. 41, n. 2, p. 281-296, 2016.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PARANÁ. **Polícia Militar do Paraná. PMPR Mostra "Raízes Paranaenses" celebra 170 anos da Polícia Militar do Paraná**. [online] 29 jul. 2024. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/Noticia/Mostra-Raizes-Paranaenses-celebra-170-anos-da-Policia-Militar-do-Parana>. Acesso em 03. mar. 2025.

PLANALTO. Emenda Constitucional nº 104, de 4 de dezembro de 2019. [online] Altera o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm. Acesso em: 03. mar. 2025.

PLANALTO. Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014. **Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais**. [online] Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm. Acesso em 25 fev. 2025.

PLANALTO. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); **institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp)**; altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201,



de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. [online]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em 25 fev. 2025.

PLANALTO. Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023. **Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.** [online] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14735.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.735%2C%20DE%2023%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202023&text=Institui%20a%20Lei%20Org%C3%A2nica%20Nacional,funcionamento%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em 24 fev. 2025.

PLANALTO. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. **Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios,** nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14751.htm Acesso em 25 fev. 2025.

SANTA CATARINA. **PCSC comemora 212 anos com entrega de fuzis, viaturas, softwares e homenagem aos policiais cíveis.** [online] 16 jul. 2024. Disponível em: <https://pc.sc.gov.br/?p=21930#:~:text=A%20Pol%C3%ADcia%20Cível%20de%200Santa,anos%20de%20atividades%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 03. mar. 2025.

SANTOS, Clara. A construção social do conceito de identidade profissional. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, n. 8, 2005.

SÃO PAULO. História da Polícia Civil. [online]. Disponível em: https://www.policiacivil.sp.gov.br/portal/faces/pages_home/institucional/historiaPoliciaCivil?_afzLoop=888017306586428&_afzWindowMode=0&_afzWindowId=null#!%40%40%3F_afzWindowId%3Dnull%26_afzLoop%3D888017306586428%26_afzWindowMode%3D0%26_adf.ctrl-state%3Dokteky5oz_4. Acesso em: 03. mar. 2025.

SENADO. **Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 2019. PEC da polícia científica.** [online] Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136804>. Acesso em 24 fev. 2025.

SILVA, Emanuely Wouters; SANTO COSTA, Jaqueline do Espírito. Alinhando os tijolos: pilares da identidade profissional do professor. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 25, p. e023024-e023024, 2023.

STF. **Guardas municipais podem fazer policiamento urbano.** [online] 20 fev. 2025. Disponível em <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/guardas-municipais-podem-fazer-policiamento-urbano-decide-stf/>. Acesso em 24 fev. 2025.



STF. **Polícia científica não pode ser criada como nova corporação policial.** [online] 24 jun. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=446234&ori=1> Acesso em 24 fev. 2025.

ANEXO 1

Questionário aplicado para os(as) servidores(as) que compõe o Centro Integrado de Segurança Pública e Proteção Ambiental de Foz do Iguaçu-PR (CISPPA-FIG):

1. Identificação da Instituição e Unidade Federativa

Instituição e Unidade Federativa (UF) de Origem: Qual é a sua instituição de origem e em qual Unidade Federativa está localizada?

Tempo de Serviço na Área de Segurança Pública: Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua na área de segurança pública?

2. Identidade com o Órgão de Origem:

Grau de Identificação: O(a) senhor(a) se identifica com o seu órgão de origem?

() Sim () Não; **Justificativa:** Por favor, explique o motivo da sua resposta anterior.

Fatores Contribuintes: Em sua percepção, quais fatores contribuíram para a formação da sua identidade profissional em relação ao seu órgão de origem? (Por exemplo, cultura organizacional, treinamento, valores institucionais, etc.).

3. Participação no CISPPA (Centro Integrado de Segurança Pública e Proteção Ambiental):

Tempo de Participação: Desde quando o(a) senhor(a) faz parte do CISPPA?

Grau de Identificação com o CISPPA: O(a) senhor(a) se identifica com o CISPPA?

() Sim () Não **Justificativa:** Por favor, explique o motivo da sua resposta anterior.

Elementos Contribuintes: Em sua percepção, quais elementos contribuem para a construção da identidade dos integrantes com o CISPPA? (Por exemplo, missão compartilhada, ambiente de trabalho, cooperação entre agências, etc.).



4. Harmonia entre Identidades Institucionais:

Compatibilidade de Identidades: Na sua visão, é possível existir harmonia e coesão entre a identidade do seu órgão de origem e a identidade do CISPPA? () Sim ()

Não. **Justificativa:** Por favor, explique o motivo da sua resposta anterior.

5. Sugestões para Fortalecimento da Identidade Institucional:

Propostas de Melhoria: Quais ações ou iniciativas o(a) senhor(a) acredita que poderiam fortalecer a identidade institucional tanto do seu órgão de origem quanto do CISPPA?